

EDUCAÇÃO PARA COOPERAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGRO-INDUSTRIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – COOPERRECÔNCAVO

6 - Problemática de los espacios agrários
SANTOS, ISABEL ^{1(*)}; **VELLOSO, TATIANA** ²

1 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ()*

2 - Universidade Federal de Sergipe/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

1. INTRODUÇÃO

O histórico do cooperativismo começou no século XVIII, marcado pela crise industrial e movido pela mobilização dos trabalhadores das indústrias de tecido. Por esses trabalhadores acreditarem que é possível existir uma outra relação de trabalho sem ser a do patrão e empregados, surge então, a constituição da primeira cooperativa de tecelões, no ano de 1844, em Rochdale, na Inglaterra, cujo objetivo foi de construir uma nova relação de trabalho, produção e consumo.

No Brasil, as primeiras cooperativas surgiram no final do século XIX, oriundas das experiências dos colonos europeus que se destinaram para as regiões sul e sudeste. Entretanto, o movimento cooperativista no Brasil seguiu duas tendências: a do movimento dos trabalhadores em busca de construção de alternativas solidárias e a de apropriação de forma liberal dessa organização.

Pinho (2004) considera que não se pode falar em apenas um cooperativismo no Brasil: a partir das perspectivas de desenvolvimento, têm-se o modelo histórico tradicional, como instrumento de controle social e político, principalmente na concepção liberal; e a partir da constituição de 1988, com o resgate histórico do cooperativismo solidário, autêntico ou autogestionário, de base popular, atualmente ligada ao movimento de economia solidária. Além disso, dada à extensão territorial do Brasil, tem-se a diferença regional, motivada, entre diversos fatores pela forte influência de imigrantes europeus, principalmente nas regiões sul e sudeste do país.

A forma de organização cooperativista tem uma referência na economia solidária, por conta do seu contexto histórico e seus princípios (SINGER, 2000). Entretanto, a realidade das cooperativas rurais está relacionada com as estruturas tradicionais, voltado para o modelo conservador e tradicionalista ou patronal separando a gestão do mundo do trabalho.

Do outro lado, estão as “cooperativas de periferia” - Cooperativas dos Agricultores Familiares e Assentamentos, com características próprias e diferentes, formados pela classe trabalhadora na perspectiva de superação das desigualdades estruturais do país, integrando para isso, lutas históricas como da reforma agrária.

Compreendendo as especificidades regionais, Silva *et al* (2003) comenta que o cooperativismo nordestino historicamente reproduziu a vertente tradicional, a partir de um modelo concentrador e excludente “que teve numa estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agro-exportador a sua base de sustentação”.

Nesse contexto, muitas cooperativas foram criadas no meio rural como fonte de poder e influência de uma classe dominante. As cooperativas mantinham em seus quadros dirigentes um grupo de poder local, em detrimento dos interesses da ampla maioria dos

associados que, em função de um nível sócio-econômico desfavorecido, se reservavam a acatar as determinações do grupo mais forte economicamente. Assim, percebe-se que a autoridade e o poder foram exercidos historicamente pelos dirigentes e não pelos seus associados nas assembléias (Mc Intyre, 1997 citado por Silva *et al*, 2003).

Construir um modelo cooperativista baseado em princípios solidários e educativos é um desafio, porque nos primórdios da organização do cooperativismo não se teve um processo endógeno de educação cooperativista. O processo de reconstruir o que foi construído há séculos é resgatar entre os agricultores familiares as práticas cotidianas das comunidades, a cultura pautada nas ações coletivas como: os mutirões, as trocas de horas de trabalhos, os *digitórios*, entre outros. Portanto, é papel do facilitador promover os meios de formação e informação resgatando as ações comunitárias entre os agricultores familiares, que estão baseadas no processo de cooperação e solidariedade.

Na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas vertentes dentre as quais se destacam duas: a que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, a agricultura familiar, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, que fixa diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontram-se diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

Segundo Lamarche (1993), citado por Abreu (2005), a agricultura familiar é uma forma social e heterogênea, cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolve-los. A organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e da sua família, o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar.

Nesse contexto, procurou-se compreender a reestruturação de uma cooperativa de agricultores familiares constituída nas bases tradicionais, com pouca participação da base social, para uma perspectiva solidária e autogestionária. A cooperativa apresenta problemas de ordem gestonária, nesse caso o trabalho tenta compreender, reestruturar e analisar o papel de um novo modelo de cooperativismo baseado na autogestão e participação popular, tendo como base a educação cooperativista como estratégia.

A Cooperativa da Agro-Industrial do Recôncavo da Bahia foi constituída em 1997, sediada no município de Maragojipe, estado da Bahia - Brasil, com atuação também em Cruz das Almas, São Felipe e São Felix, com o objetivo de facilitar o acesso à linha de crédito do PRONAF e comercializar os produtos, principalmente o inhame.

2. ESPECIFICIDADES REGIONAIS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Ao abordar sobre regiões, Castro (1992) afirma que são espaços geográficos percebidos de forma diferenciada e interligados por fluxos demográficos, econômicos e de poder. Na região tem como ponto de partida a dimensão territorial das relações sociais a

concepção de mediação do espaço geográfico, das relações sociais, políticas e econômicas, enquanto produto da transformação da natureza pelo trabalho social.

Nessa perspectiva, Gomes (2007, p.63) chama a atenção para a ruptura com a conceituação de região do senso comum a partir do conceito científico, “um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa”. A região, nessa perspectiva, passa de ser um produto para ser um meio. As possibilidades de divisões são infindáveis, a partir de estabelecimentos de critérios relevantes de explicação dos fenômenos. Nessa perspectiva têm-se duas possibilidades de compreender as regiões: as regiões funcionais, que seguem a estruturação do espaço não do ponto de vista da uniformidade espacial, mas a valorização das atividades econômicas vigente; e as regiões homogêneas, que definem os espaços como regiões mais ou menos semelhantes.

Vê-se, desta maneira, que o debate sobre região tem uma trajetória histórica na geografia. Entretanto, busca-se através da conceituação o modelo explicativo que analisa a relação sociedade e meio natural (ou meio ambiente), na interpretação da diversidade na organização social (GOMES, 2007).

A região nesse contexto é a expressão de interação entre o espaço da sociedade local e a sociedade global, configurando-se, entretanto, de formas diferenciadas a partir do processo de produção do espaço geográfico. É importante relacionar as especificidades regionais do cooperativismo no Brasil, na sua forma de constituição e de configuração, sob a perspectiva de instrumento de controle social do poder público central e de possibilidade de instrumento de desenvolvimento regional, com enfoque no nordeste do Brasil.

O nordeste brasileiro abrange nove estados, correspondendo a 20% do território brasileiro e 29% da população do país, residindo a maior população rural do país. Essa região é marcada pela heterogeneidade não apenas nos aspectos físicos (clima, vegetação, solo), mas principalmente em termos econômicos e sociais, com a convivência simultânea de níveis de tecnologias de produção e de consumo comparados com países avançados e níveis de pobreza, na ausência de políticas sociais, como países subdesenvolvidos, para a maioria da sua população.

A região nordeste, entretanto, é considerada como um espaço periférico ao centro econômico e de poder no país. O regionalismo nordestino foi construído pelas elites conservadoras, transparecendo que a questão regional deve ser tratada nacionalmente, como elemento de barganha nos pactos do poder local com o poder central (CASTRO, 2002).

Relatar a história do cooperativismo no nordeste é evidenciar os contrastes dessa região, ao mesmo tempo compreender como essa forma de organização reproduziu o modelo concentrador e excludente da estrutura agrária latifundiária e agro-exportadora. Sua história foi de estímulo como fonte de poder para a elite nordestina, com a direção exercida verticalmente pelas lideranças políticas locais e regionais, como instrumento de controle do que de mudança social, e muitas vezes como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores (SILVA et al, 2003). Bursztyn (1984, p.57-58) afirma

“as cooperativas prosperam, mas não necessariamente o conjunto dos seus associados. De uma maneira geral, as cooperativas estudadas, no Nordeste podem ser divididas em dois grupos: as que não atingiram um bom desempenho e as que apresentam bons resultados e que se enquadram no caso descrito na seção precedente, em que um grupo de ‘patrões’ se apoderam de seu controle efetivo, como se fossem seus proprietários... A medida que as cooperativas prosperam, a distancia entre a maioria dos associados e os ‘patrões’ (os ‘cooperocratas’)

aumenta. O poder interno das cooperativas se legitima, neste caso, pela dominação burocrática, agindo de forma autoritária em relação ao conjunto dos associados e apoiando-se na função destes 'patrões' enquanto intermediários entre os favores do modernizado representado pelas cooperativas acaba por reviver o esquema arcaico do coronelismo, onde um grupo de mandatários encarna o papel de mediação Estado-povo, tirando, obviamente, proveito dessa prerrogativa”.

As cooperativas que não apresentaram bons resultados no nordeste. Esse fato é explicado por Silva et al (2003) pela fraca capacidade de investimento de capital, utilização de mão-de-obra sem qualificação e controle financeiro-contábil condicionou um baixo nível de competitividade e conseqüentemente de capitalização das cooperativas. O tipo de gestão do empreendimento e nível de tecnologia adotado, a de participação dos associados, bem como seus compromissos em relação à empresa parecem ser os fatores mais decisivos no sucesso do empreendimento, elementos que não aparecem historicamente nas cooperativas nordestinas.

Estudos revelam que o cooperativismo nordestino, estritamente agrícola, serviu como instrumento de integração produtiva às cadeias de alimentos numa economia globalizada e que as disparidades regionais são reproduzidas nas práticas cooperativas nordestinas (BURSZTYN, 1984).

3. A TRAJETÓRIA DA COOPERRECÔNCAVO

Compreendendo como se constitui o cooperativismo no Brasil a reestruturação de uma cooperativa formada nas bases tradicionais, com pouca participação da base social, com problemas de ordem gestonária, a construção das cooperativas a partir de pessoas exógenas, surge então a Cooperativa da Agro-industrial na região do Recôncavo da Bahia. Essa cooperativa foi fundada em 1997 com o objetivo de facilitar o acesso à linha de crédito PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e comercializar os produtos da agricultura familiar, principalmente o inhame. A Cooperrecôncavo, em 2005, contava com 312 agricultores familiares associados, dos municípios de Maragogipe, São Felipe, São Félix e Cruz das Almas, compondo o seu quadro social.

O contexto socioeconômico e educacional da comunidade Batatan, localizada no Município de Maragogipe, facilitou a organização social uma vez que a Escola Família Agrícola existente como um modelo de educação diferenciada, promoveu uma visão crítica e holística. Essa visão contribuiu para o desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos dessa localidade. Com isso, foi perceptível que os jovens ficaram nas propriedades e deram continuidade aos processos produtivos agropecuárias, e assumiram a Cooperrecôncavo no momento que os associados perceberam na cooperativa a ausência de participação da base social, com problemas de ordem gestonária.

Nos anos de 2003 e 2004, a Cooperativa não fez prestação de contas, isso fez com que ocorressem seqüelas na cooperativa, a exemplo de endividamento dos membros sem a compreensão da origem da dívida. Observando a situação da cooperativa, um grupo de jovens assumiu a diretoria no segundo semestre de 2004.

A nova direção tenta resolver os problemas financeiros, sócio-econômicos e políticos, e se reabilitar frente aos agricultores familiares da região, que não confiam mais

no modelo cooperativista por conta da gestão passada. Esta desconfiança é medida pelo número de associados que comercializam o iname via Cooperrecôncavo, fazendo assim a reflexão das políticas públicas para a agricultura familiar, no modelo de assistência técnica e na qualificação profissional a partir de um processo educacional cooperativista.

É o momento de reestruturação da cooperativa, na busca de consolidar atividades produtivas a partir do fortalecimento da base social e da estruturação de gestão e de comercialização para a geração de renda. Essas atividades têm integrado temáticas como questão de gênero, juventude rural, territorialidade e meio ambiente, respeitando os princípios do cooperativismo e processo de autogestão.

3.1. A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E A AUTO-GESTÃO

Para avançar na temática sobre educação cooperativista, buscaram-se inicialmente a contribuição nas discussões sobre economia solidária, o processo de construção e as políticas públicas voltada para esse segmento.

Os empreendimentos solidários são cooperativas, grupos informais, associações, empresas recuperadas que trabalham em grupos, com a posse e/ou controle coletivo dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; com a gestão democrática, transparente e participativa dos empreendimentos econômicos e/ou sociais; e distribuição igualitária dos resultados (sobras ou perdas) econômicos dos empreendimentos (SENAES, 2008).

A cooperativa é uma sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, composta de no mínimo 20 pessoas físicas com objetivo comum, economicamente organizada de forma democrática, com participação voluntária e igualitária dos associados, aos quais presta serviços e permite aos trabalhadores associados gerarem renda e reinvestirem parte desta renda em benefício do grupo.

Assim, o associativismo seria outra forma de organização que demonstra ações de cooperação, procurando uma outra educação, que suscita a organização dos agricultores familiares do contexto da economia solidária. Paralelo a isso, as relações entre os agricultores devem promover a união, a confiança, a solidariedade e conseqüentemente a organização dos mesmos até alcançar um nível em que seus produtos, insumos e serviços cheguem de forma competitiva no mercado internacional, nacional, regional e local.

O modelo de educação cooperativista fundamenta-se na auto-gestão, caracterizada pelas decisões grupais, onde a força de trabalho esta associada ao processo gerencial, construindo e tomando decisões juntos, acertando e errando coletivamente.

O entendimento do que é gestão tem variabilidade e deve ser levada em consideração por ser fonte de interferências nas relações entre técnicos e agricultores diretamente, e entre os próprios agricultores e, em especial, entre os técnicos e entidades de apoio e fomento. São freqüentes os impasses gerados, por exemplo, pelos descompassos entre as exigências dos projetos (seus objetivos, metas, e necessários impactos) e a temporalidade dos processos (seus impasses, suas conquistas, as histórias, e experiências que nenês atualizam); como são freqüentes os equívocos entre as necessidades e os desafios concretos que enfrentam os produtores e aquilo que lhes é oferecido como fomento e apoio ao seu trabalho. Também não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios agricultores quando a questão é a organização do trabalho (AGUIAR, 2007).

Para Rech (2000) talvez os quilombos tenham sido o exemplo mais contundente do que ocorreu na história do Brasil em termos de gestão sócio-empresarial colocada nas mãos

dos trabalhadores e que conseguiu um sucesso razoável em termos de sobrevivência e melhoria das condições de vida.

Nas organizações que as decisões são coletivas, que as pessoas são iguais e que a diferença entre si é o conhecimento popular, entende-se como processo de democracia, com a descentralização das forças e de valorização das diferenças entre os associados. Isso de certa forma quebra o poder da centralização das opiniões, mesmo sabendo que o homem é um ser social e daí podendo vim ser influenciado no meio que o cerca e exercer autoridade sobre as pessoas mais veneráveis.

Em princípios gerais a metodologia de educação cooperativista parte de um processo endógeno para exógeno. Nesse caso, os agricultores familiares das comunidades são protagonistas do desenvolvimento social territorial. O estudo da Cooperrecôncavo e os processos educativos utilizados compreendem um resgate e uma construção de práticas solidárias, considerando que as práticas passadas eram vistas como “tradicionalistas”, consideradas pelos associados “a ausência de participação e de entendimento dos associados do que realmente é uma cooperativa” e sua gestão enquanto negócio coletivo. Nesse caso, a educação cooperativista entra como ferramenta participativa na reestruturação de empreendimentos solidários, deixando fluir a relação entre cooperativa, associados, parceiros institucionais não governamentais e governamentais e agência financiadora. Essa experiência apresentou elementos referenciais no desenvolvimento da agricultura familiar, apontando a educação para a cooperação como um instrumento necessário na construção e na execução de políticas públicas para os agricultores familiares e para o processo de reestruturação da cooperativa.

As barreiras do aprendizado representam valores distorcidos, incorporados por pessoas e organizações, que dificultam a adoção de modelos de gestão mais adequados, resultando nas estruturas organizacionais de determinação de poder.

Especificamente nas cooperativas¹, a estrutura organizacional historicamente foi associada ao processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira, atendendo a interesses do Estado e seus aliados de imprimir um enfoque de expansão do capitalismo no campo em nome do aproveitamento das oportunidades do mercado e na busca da satisfação econômica dos associados. Muitos autores discutem que as cooperativas brasileiras serviram de suporte para expansão do capitalismo no campo, observando-se um enriquecimento das cooperativas numa proporção inversa ao de seus associados (ANTONIALI, 2000).

A idéia de autogestão e a conquista dos trabalhadores nos espaços de poder não se deram de forma aleatória, nasceu da luta da classe operária. Nesse contexto, a cooperativa é uma das formas de organização que contribui na estratégia organizacional de inclusão e prática de autogestão. Isso porque essa estrutura pode ampliar as possibilidades para os menos favorecidos, desempregados, trabalhadores em fase de perder o emprego por empresas em falência, na garantia da continuidade do trabalho e na melhoria das condições sócio-econômicas (ARAÚJO, 2007).

No início de 2005, a CEDITER inicia a parceria com a Cooperrecôncavo com o

¹ A estrutura organizacional é o molde legal que define as relações entre os cooperados bem como as relações institucionais da cooperativa com os diversos atores da sociedade: outras cooperativas, empresas privadas, poder público, instituições públicas etc. No Brasil é a lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que rege o cooperativismo, diz o que são as cooperativas, como devem ser formadas e liquidadas, a quem servem como devem ser estruturadas entre outros.

objetivo de assessorar os processos de gestão a partir de uma série de atividades e acompanhamentos específicos: cursos de cooperativismo, oficinas de gestão para os conselheiros administrativos e fiscais, oficinas de relações inter-pessoais, estudo de viabilidade e gestão democrática, reformulação do estatuto, acompanhamento contábil e financeiro, acompanhamento jurídico, trocas de saberes, participação em eventos da economia solidária, entre outros.

O trabalho foi realizado no período de 2005 a 2007, nos municípios de abrangência da cooperativa. Contou com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da UNISOL BRASIL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, da CEDITER – Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra e da AGROVIDA - Associação de Estudantes de Apoio a Agricultura Familiar e a Agroecologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No primeiro momento foi feito acompanhamento jurídico da cooperativa por um advogado e em seguida a formação política e cooperativista dos dirigentes e associados, com desenvolvimento de atividades formativas e de qualificação profissional.

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa-ação e pesquisa de campo. A investigação se deu por pesquisa-ação, tanto utilizando o método individual, aplicação de questionário semi-estruturado e como o método grupal. A pesquisa quantitativa incluiu 60 agricultores familiares situados nos municípios e com respectivas comunidades de Cruz das Almas (Cadete, Tua, Corta Jaca), Maragojipe (Batatan, Rio dos Paus, Campinas, Guapira, Bento Sardinha, Penha, Carro Quebrado e Serraria), São Felipe (Sapezinho, Bom Gosto e Chaves) e São Felix (Sutério, Jaqueira, Quilombo e Calumbi).

A amostra por comunidade estava vinculada com ao número de associados a Cooperrecôncavo, sendo assim variava em decorrência do número de agricultores familiares pertencentes a cooperativa.

No que se refere às relações interpessoais cooperativa x associados, fez-se através de reuniões e oficinas, com a verificação do processo de auto-gestão da cooperativa, analisando a relação de poder entre os associados e até que ponto isso influência na organização e os aspectos comportamentais dos dirigentes.

Essa metodologia é essencialmente dialógica, deixando aflorar a participação dos agricultores familiares no levantamento de informações (GOMES, SOUZA & CARVALHO, 2005).

De acordo com Silva (1991), a pesquisa participante é capaz de superar a ruptura entre sujeito cognoscente e o objeto de investigação, entre teoria e realidade – a *práxis*. Essa modalidade de pesquisa, conforme esta autora pretende-se uma alternativa epistemológica na qual pesquisador e pesquisados seriam sujeitos ativos da produção coletiva de conhecimento; teria como grupos sociais alvo os oprimidos; e apresentaria uma dimensão educativa por se propor a uma prática política e organizada e transformadora. O pesquisador/ facilitador, nesse caso, passa a ser um sistematizador das idéias.

De acordo com os entrevistados, a Cooperrecôncavo no ano de 2000 a 2002, foi o momento que favoreceu maior agregação de valor ao inhame, porque desde a fundação da cooperativa o objetivo principal era de agregar valor aos produtos, principalmente o inhame, com a eliminação de intermediários. Esse período foi também marcado pela exportação do inhame, e conseqüentemente melhor resultado econômico. A cooperativa possuía um reconhecimento internacional, aliado ao valor do produto comercializado, principalmente mercadológico atrelado ao cooperativismo e a agricultura familiar, isso no exterior entrava como marketing social ao consumo ético e social (CARDOSO, 2001).

No período compreendido entre 2002 a 2004, não se sentia mais o apogeu do comércio, segundo os gestores daquela época a consequência não passava de uma crise, principalmente ao produto exportado, porque outros continentes já estavam produzindo em larga escala, a exemplo da África.

No processo de investigação e reconstrução da Cooperrecôncavo, a decadência era consequência de gestão, má administração que de certa forma promoveu a descrença no sistema cooperativista na região. O fortalecimento do cooperativismo, bem como de outras organizações, dependem muito de boas experiências, porque os agricultores familiares são experimentadores e o tempo todo está descartando uma atividade que não obteve sucesso.

O caso da Cooperrecôncavo fez com que alguns agricultores não acreditassem no cooperativismo, principalmente por causa da conjuntura atual que de certa forma abalou a região. O insucesso na atividade foi associado à gestão, identidade dos associados o quanto agente participante, co-ator e ator do processo social, porque uma vez não tendo informação e formação para cooperar ativamente, a cooperativa assumia um posto alheio a sua vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as cooperativas agrícolas não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário.

Funcionando como unidades de comercialização de produtos dos associados, vendas de insumos e assistência técnica, as cooperativas do setor agrícolas englobavam tanto os produtores rurais do setor agrícola quanto do setor pecuário.

Atualmente, apesar de inúmeras experiências que são fruto de iniciativas de trabalhadores que buscam saídas para a crise do emprego e também melhoria das suas condições de vida, setores progressistas buscam construir outras bases cooperativistas.

Há de se reconhecer que a idéia cooperativa foi absorvida pelo sistema capitalista que inviabilizou as possibilidades da cooperação total, com exceção de algumas experiências em países com tradição cultural coletivista.

Mas isso não significa que a proposta não continue sendo interessante e não possa ser um valioso instrumento para a superação dos atuais problemas pelos quais passam os trabalhadores. Para isso, no entanto, é necessário apostar na sua capacidade de assumir formas de produção autônoma (superando o jugo do contrato de trabalho e a perspectiva do emprego subordinado) dos trabalhadores e nas possibilidades de gestão econômico-financeira de forma coletiva.

A experiência da Cooperrecôncavo demonstra a trajetória de cooperativismo tradicional agropecuário, na região do nordeste do Brasil, em processo de reestruturação para um sistema de auto-gestão, e que as atividades educativas foram importantes para a determinação da mudança em curso. Os desafios são permanentes porque dialogam com aspectos endógenos e exógenos de consolidação de práticas solidárias e autogestionárias, principalmente com a cultura cooperativista implantada nessa região.

É importante considerar que mesmo historicamente tenha prevalecido no Brasil práticas verticais de “cima para baixo” das cooperativas, como instrumento de controle

social do poder central perante aos segmentos sociais mais pobres, conservando e fortalecendo a estrutura desigual, não se pode anular a importância do sistema de cooperativismo com uma perspectiva emancipatória, de instrumento de desenvolvimento regional.

Para a perspectiva de desenvolvimento regional é necessário apontar as características do cooperativismo nas especificidades regionais, e como afirma Silva et al (2003, p.7) “a história e o cenário do cooperativismo no Brasil sugerem que a discussão não é apenas técnica”, e compreender o que acontece em cada região “significa identificar o arranjo social que possibilitou a construção deste tipo de associativismo e cooperativismo” atual.

Nesse contexto, percebe-se que o sistema cooperativista precisa retomar as suas bases, que são organizações de pessoas que buscam, em princípios democráticos, atender as necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços, importantes em situações econômicas críticas como inflação, recessão, estagnação e desemprego. Essa potencialidade decorre do fato da cooperativa reunir, na mesma instituição, uma associação de pessoas e uma empresa. E para atendimento das necessidades dos associados, as cooperativas tentam fugir aos processos de equilíbrio e de leis econômicas que maximizam os interesses individuais e o lucro, buscando priorizar a prestação de serviços aos associados.

Na prática não é fácil ao associado ajustar a pluralidade de papéis de associado, além disto, as imposições do avanço tecnológico tendem a transformar a cooperativa em complexa instituição, que exige administração tecnicamente diferenciada e organizada de forma autogestionária. Mas é um desafio de transformação do sistema cooperativista tradicional para uma perspectiva autogestionária, e a educação para a cooperação é um dos instrumentos para essa transformação.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, S. L. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica.** Jaguariúna - São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2005. 176p.

AGUIAR, K. Economia dos Setores populares: Sustentabilidade e Estratégia de Formação. **Economia dos Setores populares: sustentabilidade e estratégia de formação.** KRAYCHETE, G. Aguiar K.(orgs). São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 106-120.

ANTONIALI, L. M. **Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária.** Disponível em: < http://www.anpad.org.br/rac/vol_04/dwn/rac-v4-n1-lma.pdf>. RAC, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000: 135-155. Acesso em: 8 dezembro de 2008.

ARAÚJO, S. S. **Educação e desenvolvimento sustentável: concepção e práxis da gestão e autogestão de experiências cooperativistas no semi-árido baiano.** Disponível em: < www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador?OpenAgent&unid>. RAC, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 20007. Acessado em acesso em 8 de fevereiro de 2009.

BRASIL. Disponível em:<<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em 24 de outubro de 2008.

BRASIL. Disponível em:<<http://www.florestavivaamazonas.org.br/21421.php>>. Acesso em: 25 de outubro de 2008.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984. 178p.

CARDOSO, I. R. **A dinâmica da agricultura familiar numa área do Recôncavo Sul da Bahia - um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Cruz das Almas, Bahia, 2001.

CASTRO, I. E. de. Desigualdades regionais, cidadania e representação proporcional no Brasil. In: **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. CASTRO, I. E. de. MIRANDA, M. EGLER, C. A. G. (Orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1999. p.123-135.

_____. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 247p.

GOMES, M. A. O. SOUZA, A. V. A. de. CARVALHO, R. S. de. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como medidas de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. BROSE, Marcuse (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 2007. p.49-73.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil** – da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 192p.

SENAES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero>>. Acesso em: 8 de outubro de 2008.

SILVA, M. O. da S. e. **Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1991. 195p.

SILVA, E. S. et al (org). **Panorama do Cooperativismo Brasileiro**: história, cenários e tendências. Recife: UNICOORP, 2003. 55p.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.